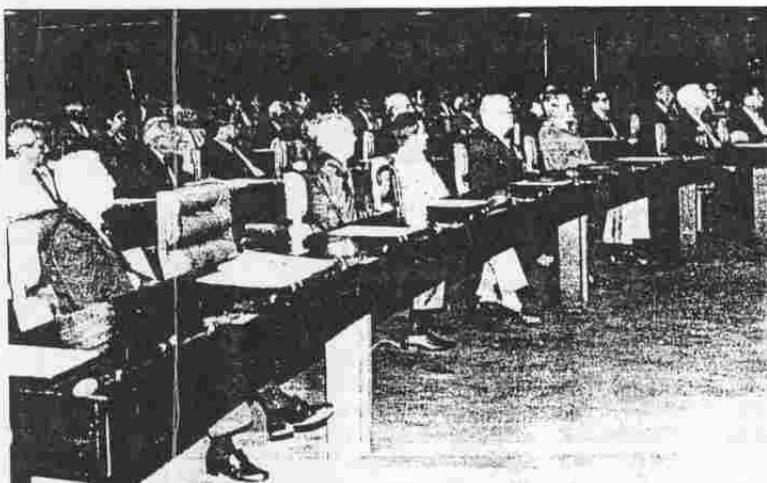


JORNAL DO SENADO

Orgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 4 - Brasília, 9 de maio de 1995

Fotos: Márcia Kalame



O Plenário lotado homenageia os brasileiros que lutaram na Itália. Sarney disse que o mundo celebra também o fim das ideologias

Senado comemora a vitória da democracia

Arruda defende novo modelo para Brasília

A adoção de um novo modelo de desenvolvimento para o Centro-Oeste e a criação de um fundo constitucional para as despesas com educação, saúde e segurança do Distrito Federal foram propostas, em plenário, pelo senador José Roberto Arruda (PP-DF) como medidas fundamentais para garantir a preservação do Plano Piloto de Brasília das pressões de populações carentes.

"Brasília não pode ser administrada como uma cidade qualquer, e sim como a capital do país", afirmou. **exem-**

plificando; "Não podemos utilizar o espaço ao lado da Catedral para erguer uma fábrica de sapatos, mesmo que, economicamente, isso seja um bom investimento".

Arruda alertou para o fato de que as pressões dos moradores das cidades-satélites e da região conhecida como Entorno sobre os equipamentos públicos de Brasília está-se tornando cada vez maior: no setor de saúde, por exemplo, constata-se que 60% dos atendimentos do Hospital de Base são para pacientes de fora.

"O mundo não comemora somente o fim da guerra, mas também o fim das ideologias, que resultou na conquista dos valores da democracia e da solidariedade", afirmou o presidente do Senado, José Sarney, no encerramento da sessão especial com que o Senado comemorou o 50º aniversário da vitória das forças aliadas na 2ª Guerra Mundial.

A sessão especial do Senado realizada na noite de ontem teve como oradores os senadores Romeu Tuma (PL-SP) e Íris Rezende (PMDB-GO), ambos também exaltando a participação do Brasil na 2ª Guerra e a importante contribuição dos pracinhas brasileiros para a conquista da paz, da liberdade e da democracia no mundo. Além de inúmeros senadores, estiveram presentes ministros de Estado e vários embaixadores.

O general Darcy Lázaro, representando os ex-combatentes, e o ministro-chefe do

Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), general Benedito Onofre Leonel, representando Marinha, Exército e Aeronáutica, ocuparam lugar de honra ao lado do presidente Sarney.

O chefe da Casa Civil, Clovis Carvalho, o secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge, e o ministro da Cultura, Francisco Weffort, também estiveram presentes, assim como 26 embaixadores dos 49 países aliados, dos quais 43 com representação diplomática em Brasília.

Romeu Tuma, que pediu a realização da sessão solene disse que a democracia ainda é a única forma de organização capaz de satisfazer a ansia libertária da humanidade. O senador Íris Rezende (PMDB-GO), por sua vez também ressaltou a democracia como ponto alto resultante do conflito ocorrido há 50 anos.

Comissão de Justiça vota patentes e parecer da TR

As votações do relatório sobre o projeto de Lei de Patentes e do parecer em torno da apuração dos votos que resultaram na derrubada, pelo Congresso, do dispositivo que vinculava os juros do crédito rural à TR (Taxa Referencial) são os dois principais temas da pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado marcada para as 10h desta quarta-feira, dia 11.

O parecer sobre a legislação

de proteção de patentes, direitos autorais e propriedade industrial está a cargo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que apresentou relatório à comissão duas semanas atrás. O relatório recebeu diversas emendas, 11 delas apresentadas pelo PT.

Na reunião da CCJ, amanhã, o senador apresentará novo relatório, consolidando seu parecer à luz das emendas propostas e que eventualmente tenham sido acolhidas.

Já a análise da polêmica surgiu por ocasião da apuração dos votos do Congresso que derrubaram a vinculação do crédito rural à variação da TR ficou a cargo do senador Bernardo Cabral (PP-AM). A liderança do governo contestou a validade de quatro votos, alegando que estavam rasurados. Se esses votos forem invalidados os opositores da vinculação das taxas do crédito rural à TR serão derrotados. Se o parecer do senador amazonense for



Suassuna relata patentes

pela validade dos votos, e aprovado pela CCJ, o resultado da votação que derrubou essa vinculação será mantido e a questão encerrada com a proclamação do resultado.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h30 - Encontro Mercosul: Norte/Nordeste. Local: Palácio do Itamaraty - Sala Brasília

10h - Despacho interno.

11h - Recebe o embaixador da República Eslovaca, Branislav Hitka.

11h10 - Recebe o embaixador da Guiana, Ivan Berkley Evelyn.

11h20 - Recebe o embaixador da Grécia, Alexandre Veyenás.

12h - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior/Andifes.

14h30 - Preside a Sessão Ordinária do Senado Federal.

17h30 - Recebe os deputados Chico Vigilante (PT-DF) e Antônio Ueno (PFL-PR)

18h - Reunião da bancada do PMDB no Senado. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado. Pauta:

• Requerimento nº 638-A/95, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 49 e 51/95, por alterarem artigos da Resolução nº 11/94, do Senado Federal. (Em votação)

• Requerimento nº 640/95, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 9 e 14/95. (Em votação)

• Requerimento nº 651/95, solicitando a criação de Comissão Temporária Interna do Senado Federal, composta de sete titulares e sete suplentes, para no prazo de 90 dias inventariar as obras não concluídas custeadas pela União. (Em votação)

• Requerimento nº 657/95, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 49, 51 e 55/95, por tratarem de matérias que versam sobre o mesmo assunto. (Em votação)

• Substitutivo do Senado ao PLC nº 116/92, que acrescenta parágrafo ao art. 20 do Código de Processo Civil. (Em discussão)

• PDL nº 54/93, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, celebrado entre o Brasil e o Uruguai, em Montevideu, em 28.12.92. (Em discussão)

• PDL nº 91/94, que aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Vegetal para Proteção de Zonas Fronteiriças e Intercâmbio de seus Vegetais e Produtos Derivados, celebrado entre

o Brasil e a Colômbia, em Brasília, em 14.04.93. (Em discussão)

• PDL nº 7/95, que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Brasil e a Colômbia, em 14.04.93. (Em discussão)

• PDL nº 8/95, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras, celebrado entre o Brasil e a França, em 18.03.93. (Em discussão)

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Matérias de competência da comissão, entre elas as Emendas de 1 a 4 da Câmara dos Deputados oferecidas ao PLS nº 112/88 (não terminativo), que concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos. Local Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Matérias de competência da comissão, entre elas o PLS nº 38/95 (terminativo), que dispõe sobre o ensino da língua espanhola nos estados limítrofes com os países formadores do Mercosul. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 967/95, que "altera dispositivos da Lei nº 4.024/61, e dá outras providências". Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 988/95, que "dispõe sobre a fixação das mensalidades escolares, e dá outras providências". Pauta: Instalação e eleição do presidente, vice-presidente e designação do relator. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Especial destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial destinada a examinar o Projeto de Lei da Câmara nº 118/84, que institui o Código Civil. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimento do presidente da Associação Nacional do Ouro e Câmbio/Anoro, Natan Blanche. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

Projeto agiliza Justiça do Trabalho

Proposta fortalece a negociação na audiência inicial de conciliação entre patrões e empregados e cria novos requisitos que deverão ser preenchidos pelos juízes classistas



Odacir Soares

Criar plenas condições para que seja formalizado acordo na audiência inicial de conciliação entre patrões e empregados é um dos objetivos de projeto de lei apresentado pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), visando a tornar mais rápida a tramitação dos processos na Justiça do Trabalho.

O projeto, alterando vários dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, amplia de 10 para 30 minutos o período dessas audiências, as quais serão conduzidas pelos juízes classistas. Liberando-se o

juiz-presidente da junta para despachos que lhe são privativos.

Ao mesmo tempo em que confere maior participação aos juízes classistas nas decisões trabalhistas, o projeto aumenta os pré-requisitos mínimos exigidos dos candidatos ao exercício daquelas funções. A proposição também altera a sistemática processual, antecipando a apresentação da defesa com documentos na secretaria da junta e a reutilização do tempo ocioso das salas de audiência com inserção de pau-

tas especiais de conciliação.

- A solução está na base. Sabemos que a grande maioria das reclamatórias é passível de solução amigável. Os juizados de pequenas causas, no cível, estão a demonstrar essa verdade. Que propiciemos aos juízes classistas, leigos e experientes no trato das relações trabalhistas, essa oportunidade de contribuir para a solução de tão angustiante dilema que vive a Justiça do Trabalho, criticada pela morosidade - argumenta Odacir Soares, na justificação da matéria.

Valmir pede fim da greve nos ônibus

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) apelou ontem a todos os envolvidos na greve que paralisou os transportes no Distrito Federal para que tenham bom senso e colaborem para uma superação do impasse. Rodoviários, governo do DF e empresários podem, na sua opinião, abandonar a intransigência das respectivas posições e chegar a uma solução que não prejudique a população brasileira.

Na avaliação do senador por Brasília, as expectativas do secretário de Transportes do GDF, que declarou não acreditar no sucesso da greve, foram frustradas: "A greve dos rodoviários do Distrito Federal é um sucesso formidável!", concluiu ele após percorrer os centros de maior concentração nas cidades-satélites e no Plano-Piloto.

Valmir Campelo afirmou que, "a questão precisa ser conduzida com equilíbrio e serenidade".

Senadores debatem fechamento de agências do BB no interior

O anúncio do fechamento de agências deficitárias do Banco do Brasil levou o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) a propor que os parlamentares de estados atingidos unam-se para preservar as agências do interior do país. Segundo ele depreendeu do noticiário, o presidente do BB, Paulo César Ximenes, estaria convicto da necessidade de "tornar mais rentáveis as agências das praças maiores e mais ricas". As cidades mais pobres seriam, no

máximo, dotadas de postos de atendimento.

O senador declarou-se defensor da iniciativa privada e de um programa de privatizações em que o Estado mantenha apenas seu papel regulamentador. No entanto, esclareceu, sua defesa desses princípios passa pela definição de "níveis mínimos e de condições de integração regional e de soberania nacional". O programa de fechamento de agências do BB, conforme es-

sas premissas, deixou-o "alarmado".

- O Banco do Brasil é a presença do Estado brasileiro em todas as regiões, principalmente naquelas mais pobres - disse. No caso específico do Estado do Acre, ele considerou que restariam apenas as agências da capital, Rio Branco, e de "Cruzeiro do Sul, talvez".

Em aparte, o senador Íris Rezende (PMDB-GO) concordou que o BB "tem um fundo social muito importante".

Maldaner considera a decisão equivocada

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) criticou a proposta de redução de pessoal e fechamento de agências do Banco do Brasil, afirmando que a instituição tem papel fundamental no desenvolvimento do país e, por isso, deve ser preservada.

Maldaner afirmou que a política de redução de despesas proposta pelo governo é equivocada, demonstrando uma interpretação errada do verdadeiro papel do Banco do

Brasil. O parlamentar catarinense condenou a adoção de qualquer medida restritiva à atuação do BB.

O senador aconselhou o governo a seguir em direção oposta à pretendida, desistindo dos seus planos e passando a estimular o deslocamento de funcionários do Banco do Brasil para o interior, investindo no aprimoramento de suas qualificações e até mesmo concedendo-lhes bonificações.



Casildo Maldaner

Sarney pedirá solução para LBA a Fernando Henrique

Emília Fernandes diz ao presidente do Senado que só no Rio Grande do Sul está ameaçado atendimento a 12.800 deficientes

O presidente do Senado Federal, José Sarney, pedirá ao presidente Fernando Henrique Cardoso o empenho do governo para resolver os problemas sociais decorrentes da extinção da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Para Sarney, a LBA era a maior agência de desenvolvimento social do país e as distorções existentes deveriam ser corrigidas. A seu ver, a simples extinção de uma entidade dessa natureza traz grandes prejuízos para a sociedade.

Em audiência que concedeu à senadora Emília Fernandes (PTB-RS), o sena-

dor José Sarney foi informado de que, em decorrência da extinção da LBA, os repasses das verbas conveniadas estão sendo feitos com atraso, sendo que os recursos relativos ao primeiro trimestre deste ano encontram-se ainda em fase de liberação. Isso está colocando em risco o atendimento que é prestado a 12.800 deficientes físicos e mentais carentes, somente no Rio Grande do Sul. Apenas em Porto Alegre, 4.200 deficientes são regularmente assistidos pelas clínicas que mantêm convênio com o órgão em extinção.

Participaram da audiência

o vice-presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, vereador Edi Morelli (PTB), e as psicólogas Marília Etchepare e Lisete Simões, que dirigem clínicas gaúchas conveniadas com a LBA. No encontro, o vereador Edi Morelli recordou que foi durante o mandato de José Sarney na presidência da República (1985-1990) que a LBA gaúcha teve seus melhores momentos, com o desenvolvimento de programas sociais efetivos. A avaliação foi reforçada pelo testemunho das psicólogas Marília Etchepare e Lisete Simões.



Lucídio Portela

Lucídio exige conservação da BR-407

A grave situação da malha rodoviária nacional e, especialmente, as "lastimáveis" condições das estradas piauienses foram denunciadas ontem pelo senador Lucídio Portela (PPR-PI). O parlamentar quer que o Ministério dos Transportes explique a demora na liberação de recursos destinados à conservação da BR-407.

"Essa estrada, que faz parte de um dos mais importantes entroncamentos do Nordeste, é um meio de combate às distorções sócio-regionais e agora está sendo negligenciada, trazendo prejuízos ao transporte de passageiros e de produtos agrícolas", afirmou Portela.

O senador declarou-se "assombrado" em constatar que os investimentos feitos na rodovia ao longo dos anos foram destruídos por "completo desvanecimento da política nacional de transportes".

Cabral comemora 169 anos da Assembléia Geral Legislativa

A passagem do 169º aniversário da instalação da primeira Assembléia Geral Legislativa do Brasil, ocorrido em 6 de maio, foi lembrada pelo líder do PP, senador Bernardo Cabral (AM). A Assembléia, resultado da fusão das câmaras dos deputados e senadores, reuniu-se graças a iniciativa do imperador, dom Pedro I, no Palácio do Conde dos Arcos, no Rio de Janeiro.

Cabral aproveitou para reiterar a certeza de haver agido corretamente ao defender a manutenção do bicameralismo na condição de relator do projeto da Constituição de 1988, e ressaltou a magnitude dos serviços prestados pelo Senado ao processo legislativo, para o qual os senadores concorrem com a experiência da maturidade e a atitude compreensiva diante dos conflitos.



Bernardo Cabral

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos

1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros

3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim

Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra, Luiz Alberto de Oliveira e Ney Suassuna

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios

Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos

Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho

Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.